

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA-----
-----DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014-----

Ao décimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, reuniu a Assembleia de Freguesia de Avanca, pelas vinte e uma horas, no salão nobre do edifício da Junta de Freguesia, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1º - Período antes da ordem do dia. -----
- 2º - Informações gerais a prestar pelo Executivo da Junta de Freguesia. -----
- 3º - Apresentação para aprovação das Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015 sob proposta da Junta de Freguesia. -----
- 4º - Análise das avaliações ao Prédio do Porto, sito na Rua Mouzinho da Silveira, 20 e 24. --
- 5º - Autorização de Alienação do Prédio do Porto, sito na Rua Mouzinho da Silveira, 20 e 24.

Foi pedido ao senhor Presidente da Mesa e aceite, a dispensa do senhor deputado Manuel Amaral Martins, sendo substituído pelo senhor deputado Belmiro Daniel Pinto da Silva (anexo 1); e pedida a substituição da senhora deputada Soraia Raquel Valente da Silva, pela senhora deputada Cláudia Sofia Silva Matos (anexo 2). -----

No primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, foi apresentado o Regimento da Assembleia de Freguesia devidamente corrigido e com as alterações aprovadas em reunião anterior, bem como a ata da reunião de vinte e seis de junho de dois mil e catorze com as respetivas correções. -----

O senhor Presidente da Mesa levou à discussão e aprovação a ata da anterior reunião. A senhora deputada Lurdes Pinho observou que grande parte da ata se resume à transcrição das informações gerais feitas pelo senhor Presidente da Junta, propondo a anexação dessas informações à ata. Disse ainda que na ata consta que o voto de louvor ao pároco da freguesia, apresentado pelo PS, foi assinado por todos os elementos da Assembleia enquanto o voto de pesar pelo falecimento da senhora Irene Pinho, apresentado pela coligação PSD/CDS-PP foi aceite. -----

A ata foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com nove votos a favor e quatro abstenções. -----

O grupo do PS apresentou um texto (anexo 3) felicitando o Executivo pelo esforço

desenvolvido nas suas funções e iniciativas tomadas. -----

A coligação PSD/CDS-PP propôs e foi aceite, uma visita ao túmulo do Prof. Dr. Egas Moniz (anexo 4) no próximo dia treze de dezembro, pelas doze horas, inserida no aniversário da sua morte. -----

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos, "Informações gerais a prestar pelo Executivo da Junta de Freguesia" o senhor Presidente da Junta fez uma extensa exposição focando assuntos relacionados com a freguesia, designadamente a insegurança vivida na Escola; a situação da Extensão de Saúde de Avanca relativamente à de Válega, dando conta das diligências efetuadas no sentido de minimizar o problema. Deu conta da execução de trabalhos na freguesia ao abrigo dos contratos interadministrativos celebrados entre a Junta e a Câmara; do abate de árvores em Água Levada, na Rua do Morgado e na Rua da Liberdade; da colocação do novo comandante no posto da GNR de Avanca; da ação "Quartel fora de portas" promovida pelos B. V. de Estarreja, no dia dezanove de outubro em Avanca; da deslocação do executivo ao prédio da Rua Mouzinho da Silveira, no Porto; do serviço de limpeza doméstica em algumas habitações da comunidade; da edição do livro alusivo ao Catitinha; do início dos trabalhos de limpeza em alguns arruamentos da freguesia de acordo com o contrato celebrado entre a Junta e uma empresa; da inauguração do cais da Ribeira do Mourão; da situação da ex-funcionária Carminda Venâncio; da iluminação de Natal; da alteração da interceção da Rua do Morgado com a Rua Júlio Narciso Neves; do dia dos fiéis defuntos; da entrega do prémio Dr. António Duarte de Oliveira; da Ceia de Natal; da representação do Executivo em diversos eventos; da inauguração da Unidade de Cuidados Continuados e Lar Doutor Egas Moniz. Todos estes assuntos constam em pormenor no documento (anexo 5). --- Finalmente referiu-se a uma proposta do Cine Club à C. M. de Estarreja para que a Praça do Gama se passasse a chamar "Praça do Cinema", a qual foi remetida para a Junta de Freguesia. A senhora deputada Lurdes Pinho reparou que o senhor Presidente da Junta não fez qualquer alusão à "Caminhada Solidária" promovida pela Conferência de S. Vicente de Paulo. ----- O senhor deputado Albino Resende questionou o senhor Presidente da Mesa sobre a questão Escola Segura, tendo sido prontamente esclarecido de que a escola deveria ter condições que não tem e é a Câmara Municipal que detém tais competências. O senhor Presidente da Mesa sugeriu ainda que o Executivo da Junta deveria ser mais interativo nesse processo e começar por promover uma reunião entre o Executivo, a Câmara Municipal e o Diretor do

Agrupamento de Escolas para uma análise da situação e possíveis soluções. Quanto à prestação de serviços médicos à população serem efetuados em Avanca ou em Válega é pouco relevante, o que é importante é que os mesmos sejam de qualidade. O senhor deputado Firmino Homem garantiu ter conseguido marcar uma consulta para o seu Médico de Família, em Avanca, de um dia para o outro, concluindo que os serviços não estariam a funcionar tão mal assim. A senhora deputada Diana Silva sugeriu que fosse o médico de Válega a deslocar-se a Avanca em vez de serem os utentes a eventualmente se deslocarem a Válega. -----

Finalmente, o senhor deputado Albino Resende referindo-se à Ceia de Natal perguntou quem é o responsável pelo pagamento dos convidados: se é quem faz o convite, ou se é a Junta. O senhor Presidente da Junta esclareceu que é a Junta que paga aos que não têm posses para tal. No ponto terceiro da Ordem de Trabalhos "Apresentação para aprovação das Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e quinze" a senhora deputada Lurdes Pinho questionou os valores previstos na habitação social e na solidariedade social, tendo sido esclarecida pela senhora Tesoureira que a participação da Junta em eventos sociais e culturais (Gastronomia, Bike Polo, Hóquei de 3, etc.) é também uma forma de motivar as coletividades. O senhor deputado Albino Resende notou um aumento substancial no subsídio camarário e perguntou se não anda gente demais a trabalhar na área social (CLAS); qual a empresa contratada, pela Junta, para a limpeza de alguns arruamentos e com que critérios foi selecionada; e se é a Junta a pagar o passeio sénior. A estas questões o senhor Presidente da Junta esclareceu que os aumentos previstos no Orçamento foram conjugados com o aumento do subsídio da Câmara e concorda que há gente a mais a trabalhar no CLAS; o cemitério tem despesas com água, eletricidade, manutenção, etc.; o apoio ao ensino é de cinco a seis euros por aluno; a empresa contratada para a limpeza das valetas é uma empresa familiar, de Soutelo, Branca, com experiência na atividade; e quanto ao passeio sénior, dado o seu custo, a Junta subsidia com um euro por participante. -----

A senhora deputada Lurdes Pinho acha o orçamento demasiado vago, sucinto e ambíguo. ----

O senhor Presidente da Mesa manifestou-se favorável à Junta se associar ao II torneio de Andebol, promovido pela Associação Artística de Avanca, tendo em conta ser um evento que reúne em Avanca muita gente vinda de muitos lados, traduzindo-se numa mais-valia para a Freguesia. -----

Referindo-se ao documento em discussão disse que a Junta tem direito às suas próprias

opções e daqui a três anos serão, ou não, penalizados. Colocou este documento, "Opções do Plano e Orçamento" à votação tendo sido aprovado por maioria, com oito votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção. -----

Foi apresentada à Mesa, pela bancada da coligação PSD/CDS-PP, uma declaração de voto (anexo 6). -----

No quarto ponto da Ordem de Trabalhos "Análise das avaliações ao Prédio do Porto", a senhora deputada Lurdes Pinho disse que foi tardia a chegada desta informação às suas mãos. O Executivo atempadamente entregou cópias das avaliações obtidas ao senhor deputado Albino Resende, responsável pela bancada PSD/CDS-PP, que disse ter sido combinado pedir três avaliações e só lhe foram entregues duas. Disse ainda parecer-lhe que a longo prazo o imóvel pode vir a ser uma boa fonte de receita e que abaixo de duzentos e cinquenta mil euros não deve ser alienado. -----

O senhor José Matias informou que o montante para a reabilitação do prédio é incomportável para a Junta e no caso de derrocada ou de qualquer outra ocorrência, a situação poderá vir a revelar-se de extrema complexidade para a Junta. -----

A senhora deputada Lurdes Pinho quis saber qual o destino previsto a dar à receita da eventual venda do prédio, tendo a senhora Tesoureira informado que uma parte será para liquidar dívidas existentes relativas à construção das habitações sociais e outra para a criação dum fundo social. -----

O senhor Presidente da Mesa pondo ordem nos trabalhos, disse estar em causa a alienação do prédio ou a sua reabilitação e a Junta não ter a possibilidade de contrair um empréstimo que faça face aos custos dessa reabilitação. O senhor deputado João Tavares, atendendo ao custo da reabilitação do imóvel, manifestou-se favorável à sua venda por um preço mínimo de duzentos mil euros, por considerar esta a solução mais indicada e sensata. -----

No ponto cinco, "Autorização de Alienação do Prédio do Porto" o senhor deputado Firmino Homem acha que para os avaliadores o prédio vale pouco e que por enquanto ainda rende alguma coisa, renda essa que deveria ser distribuída pelos pobres de Avanca. Disse ainda que o valor desse rendimento talvez seja superior ao valor dos juros do capital da venda. Deveria procurar-se aumentar essas rendas ou estabelecer um prazo de cinco anos para que os inquilinos saíssem e depois reconstruir. -----

O senhor Presidente da Junta fez saber que o executivo não tem qualquer vontade de alienar o

prédio em causa, bem pelo contrário, é sua vontade e dever rentabilizar e administrar o seu património da melhor forma possível. O senhor Presidente da Mesa fez uma leitura das alíneas c) e e) do Artg. 9º da Lei 75/2013 no sentido de orientar a Assembleia das suas competências para autorizar e/ou definir condições gerais. -----

O senhor deputado Belmiro Daniel Silva disse que não se pode adiar o inadiável, nem estar a criar mais encargos para o Executivo e a senhora deputada Teresa Matos disse haver alguma procura deste tipo de prédios, por parte de quem tem disponibilidade financeira para a sua reabilitação, pelo que deve ser vendido enquanto é tempo. -----

A senhora deputada Lurdes Pinho disse que o capital financeiro pouco rende e o valor deste tipo de imóveis até pode vir a subir mas, se o prédio ameaça ruir, deve vender-se. -----

O senhor Presidente da Mesa propôs duas condições para a autorização da alienação: primeira, o Executivo deve verificar a legalidade da venda (se pode ou não vender-se); segunda, estabelecer um valor mínimo de venda de duzentos mil euros, livres de quaisquer outros encargos. -----

Lembrou também que a autorização de alienação é da responsabilidade de todos nós e não só do Executivo. -----

Levada esta proposta à votação, ela foi aprovada por maioria com nove votos a favor e quatro contra. -----

A bancada do PSD/CDS-PP fez chegar à Mesa uma declaração de voto (anexo 7). -----

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e trinta minutos, da qual lavrei a presente ata que depois de aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e por mim que a secretariei. -----